

UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DAS COMUNIDADES RURAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Marcos Aurelio Saquet¹
Raquel Alves de Meira²
Leila Maria Panho³

Resumo: Neste artigo fizemos algumas considerações referentes às relações que se estabelecem entre os sujeitos inseridos nas comunidades rurais, mais especificamente em algumas selecionadas dos municípios de Itapejara d'Oeste, Francisco Beltrão e Marmeleiro, Sudoeste do Paraná, identificando também as principais infraestruturas ainda existentes. A análise foi gerada a partir de pesquisa bibliográfica e documental; aplicação dos questionários e realização das entrevistas; visita aos municípios e às comunidades rurais para registros fotográficos; coleta e análise dos dados secundários. Sintetizamos informações de 13 comunidades rurais pesquisadas, destacando a formação histórica a partir dos relatos dos próprios moradores, observando as atividades que realizam e identificando aspectos da cultura camponesa que é reproduzida por eles ao longo do tempo.

Palavras-Chave: Comunidades rurais; Cultura; Identidade.

A CONTRIBUTION TO THE ANALYSIS OF RURAL COMMUNITIES OF SOUTHWEST PARANÁ

Abstract: In this article we made some considerations about the relationship established between the people inserted in rural communities, specifically in some selected cities of Itapejara d'Oeste, Francisco Beltrão and Marmeleiro, Southwest of Paraná, also identifying the main remaining infrastructure. The analysis was generated from bibliographic and documentary research; questionnaires and interviews; visit the cities and rural communities for photographic records; collection and analysis of secondary data. We synthesize information from 13 rural communities, highlighting the historical background according to the report of residents, observing the activities they perform and identifying aspects of the peasant culture that is reproduced for them over time.

Keywords: Rural communities; Culture; Identity.

Se um homem tem um pedaço de terra, esse pedaço de terra é ele mesmo, faz parte dele, é como ele mesmo. Pode fazer o que quiser com ele, e fica contente quando chove e sabe que vai haver produção, e fica satisfeito da mesma maneira quando sabe que não poderá colher nada. Está sempre satisfeito, porque a terra é dele. De certa maneira, ele vale mais porque possui a terra. Mesmo que não seja bem sucedido, ele vale muito, porque tem a terra (STEINBECK, 1966 [1939], p.43).

Introdução

Este texto foi elaborado a partir das atividades realizadas no projeto “As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa (agro)ecológica”, em seis municípios do Sudoeste paranaense, tendo como objetivo principal compreender as territorialidades e as temporalidades da agricultura camponesa que se reproduzem através dos produtores agroecológicos e dos

¹ Professor da UNIOESTE e coordenador do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

² Geógrafa e bolsista de apoio técnico da Fundação Araucária E-mail: rakelmeira@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Geografia da UNIOESTE/Francisco Beltrão e bolsista de iniciação científica da Fundação Araucária E-mail: leilapanho@hotmail.com

moradores das comunidades rurais destes municípios. O projeto conta com financiamento da Fundação Araucária (Edital Pesquisa Básica e Aplicada 24/2012) e do CNPq (Edital Universal 14/2013). Nesta oportunidade, evidenciamos 13 comunidades rurais de 3 municípios, nas quais os agricultores estudados estão inseridos. O principal objetivo foi compreender o processo histórico de formação das comunidades, as infraestruturas existentes e relações estabelecidas entre os sujeitos.

Entendemos por comunidades rurais todas as aglomerações no espaço rural que contenham uma sede, podendo ter centros comunitários, igrejas, escolas, áreas de lazer coletivo, entre outros serviços, bem como relações consideradas comunitárias, tais como ajuda mútua na produção agropecuária e na organização das festas, associações para compra de equipamentos de uso coletivo, reprodução de uma identidade cultural predominante, visitas entre vizinhos etc. A *comunidade* deriva da interação solidária entre diferentes *atores* em uma sociedade complexa, é constituída por uma pluralidade de sujeitos que exercem distintas associações num certo território (MAGNAGHI, 2006), fazendo parte da *cultura camponesa* historicamente reproduzida (THOMPSON, 1998).

Encontramos muitas das chamadas “linhas” no interior dos municípios, porém, várias não possuem uma sede, acabam sendo apenas a ligação entre duas comunidades. Vale destacar que cada comunidade possui suas características próprias, evidenciadas a partir da origem dos migrantes que colonizaram a região. No Sudoeste paranaense e mais especificamente dos municípios que pesquisamos, destacam-se as migrações gaúcha e catarinense, também evidenciadas nas comunidades selecionadas para um estudo mais detalhado.

Percebemos que, ao estudar as comunidades rurais, podemos compreender melhor o chamado mundo camponês, especialmente aspectos da reprodução das técnicas e dos conhecimentos camponeses repassados de geração em geração, juntamente com alguns costumes culturais. Os elementos e processos da vida comunitária precisam, notadamente, ser compreendidos com mais amplitude e profundidade, principalmente na Geografia brasileira.

Os procedimentos metodológicos são: levantamento bibliográfico e documental; aplicação dos questionários e realização das entrevistas com os moradores locais; visita às comunidades identificando as infraestruturas e as territorialidades cotidianas; registros fotográficos para o levantamento do patrimônio cultural; coleta e análise dos dados secundários (especialmente do IBGE), todas atividades realizadas no âmbito do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais).

Sintetizamos informações de três municípios já estudados, destacando alguns elementos da formação das comunidades rurais a partir dos relatos dos moradores, observando as atividades

que realizam e como vivem, buscando identificar aspectos da cultura camponesa reproduzida historicamente. A título de demonstração empírica, escolhemos 13 comunidades de 3 municípios (Quadro 1). As comunidades que trataremos neste texto são: Barra Grande, Coxilha Rica, Palmeirinha, Luiz Costa, Barra do Vitorino e Lageado Bonito, no município de Itapejara d'Oeste; Secção Progresso, Jacutinga, Rio do Mato e Secção Jacaré, no município de Francisco Beltrão; Manduri, Itaíba e Km 15, no município de Marmeleiro. Escolhemos essas comunidades porque são as que revelam características peculiares de cada município, bem como algumas diferenças entre si; também, porque não é possível descrever e analisar todas as 122 localidades identificadas ao longo da nossa pesquisa empírica e documental.

Quadro 01 – Número total e nome das comunidades rurais nos municípios de Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste e Marmeleiro.

<p>Total de comunidades rurais no município de Francisco Beltrão: 63</p>	<p>Água Vermelha, Alto Jacutinga, Assentamento Missões, Barra Bonita, Barra do Cerne, Barra do Jacutinga, Barra Escondida, Bom Jesus, Cabeceira do Rio do Mato, Distrito de Jacutinga*, Divisor, Linha Farroupilha, Linha Gaúcha, Linha Guanabara, Linha Hobold, Linha Jandira, Km 20, Km 23, Km 26, Km 30, Km 8, Lageado Grande, Linha Formiga, Liston, Macagnan - Alto Boa Vista, Martini, Menino Jesus, Nova Concórdia, Nova Secção, Nova União, Olaria, Osvaldo Cruz, Pagnoncelli, Piedade, Piracema, Ponte Nova do Cotegipe, Rio 14, Rio do Mato, Rio Erval, Rio Gaiola, Rio Guarapuava, Rio Palmeirinha, Rio Pedreirinho, Rio Pedreiro, Rio Saltinho, Rio Saudade, Rio Tuna, Santa Barbara, Santo Isidoro, São Braz, São Marcos, São Paulo, São Roque, Seção São Miguel, Secção Jacaré, Secção Progresso, Trevo Salgado Filho, União, Vargem Alegre, Vila Rural, Volpato, Volta Alegre e Volta Grande do Marrecas.</p>
<p>Total de comunidades rurais no município de Itapejara d'Oeste: 19</p>	<p>13 de Maio, Barra do Vitorino, Barra Grande, Boa Esperança, Coxilha Rica, Ipiranga, Lageado Bonito, São João, Luiz Costa, Palmeirinha, Porto Velho, Rio Gavião, Salto Grande, Santa Barbara, São Miguel, São Pedro, São Roque, Sete de Setembro e Volta Grande.</p>
<p>Total de comunidades rurais no município de Marmeleiro: 40</p>	<p>Água Branca, Água Verde, Alto São Mateus, Anjo da Guarda, Barra Bonita, Bela Vista, Burrinho, Faxinal do Campo Erê, Fazenda Doca, Itaíba, Km 06, Km 10, Km 15, Km 18, Linha Félix, Linha Gruta, Linha Jandira, Linha Modelo, Manduri, Medianeira, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Novo Progresso, Novo São João, Padre Anchieta, Pocinho, Quibebe, Sanga Seca, Santa Luzia, Santa Terezinha, Santo Antônio, São Bráz, São Domingos, São Francisco, São Jorge, São Luiz, São Mateus, São Pedro, São Sebastião e Vila Guaraci.</p>

Fonte: Co-Catedral Diocesana Nossa Senhora da Glória de Francisco Beltrão (2013); Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (2014); Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste (2013); Prefeitura Municipal de Marmeleiro (2014); BRAGA (2015). Organização: MEIRA, R. A. (2016). *Em negrito as comunidades trabalhadas neste texto.

É importante destacar que o Sudoeste do Paraná (corresponde, conforme a classificação do IBGE, a uma *mesorregião* formada 37 municípios) teve sua colonização efetiva promovida pelo Estado a partir da década de 1940, representando uma aliança entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a ocupação de uma área de fronteira e a acumulação capitalista, inicialmente, por meio da expansão da produção agrícola. Essa colonização materializa a existência de pequenos estabelecimentos rurais com a produção de alimentos com base no

trabalho familiar, ao mesmo tempo, que atende a uma lógica de planificação estatal e do mercado (ALVES et al, 2004; SANTOS, 2008).

No Sudoeste paranaense, o trabalho e a produção mercantil foram baseados, até a década de 1960, em atividades que exigiam menor dispêndio financeiro, como a erva-mate, a criação de porcos e o cultivo de feijão. Na medida em que as redes de circulação e comercialização são ampliadas, outras atividades agropecuárias são estabelecidas, todavia sem romper em absoluto a organização territorial inicial constituída a partir da chegada dos migrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esta migração provocou a superação da economia cabocla predominante na região, consubstanciando uma transição cultural, econômica e política, tanto nas cidades em processo de formação quanto no espaço rural dos municípios que também se formavam (WACHOWICZ, 1987; SAQUET, 2006; ALVES et al, 2004; BRISKIEVICZ e SAQUET, 2010), constituindo-se pequenos agrupamentos populacionais dispersos e articulados às sedes municipais, doravante denominados de comunidades rurais.

Esses aspectos foram fundamentais para direcionar nossa pesquisa, destacando que ainda são poucos os estudos, na Geografia, sobre as características *pluridimensionais* (DANSERO e ZOBEL, 2007; SAQUET, 2015) dessas comunidades considerando os elementos e processos econômicos, políticos e culturais e, portanto, dos camponeses que estão nelas inseridos social e territorialmente.

Cultura e identidade

Quando falamos da identidade buscamos compreendê-la a partir dos laços e das heranças culturais dos indivíduos, porém, a identidade, como destaca Pacheco (2004), também é formada a partir das relações sociais cotidianas vividas no presente. Dessa forma, as identidades são construídas por meio das diferentes relações entre indivíduos de distintas culturas e que, a partir disso, criam outros vínculos identitários e territoriais.

Bauman (2012) frisa que a identidade é construída na busca pela aquisição da cultura, que ocorre de três formas: a) como conceito repassado de geração em geração, com viés de *hierarquia, diferenciação* ou *generalização* da cultura; b) como estrutura que, para obtê-la, é preciso organizar o sistema com regras, antônimo de desordem e, c) como *práxis*, resultado da ação humana na busca pela significação própria, em meio a tantos significados dados aos símbolos. Dessa forma, Bauman (2012) compreende que as manifestações culturais são atividades livres e criativas, *práxis* pela qual o homem transforma a realidade em que vive. Cultura é sinônimo de existência humana, um percurso de conquista da liberdade criativa, fugindo do domínio e da alienação.

[...] a “cultura” seria um agente da mudança do status quo, e não de sua preservação; ou, mais precisamente, um instrumento de navegação para orientar a evolução social rumo a uma condição humana universal. O propósito inicial do conceito de “cultura” não era servir como registro de descrições, inventários e codificações da situação corrente, mas apontar um objetivo e uma direção para futuros esforços. O nome “cultura” foi atribuído em uma missão proselitista, planejada e empreendida sob a forma de tentativas de educar as massas e reeducar seus costumes, e assim melhorar a sociedade e aproximar “o povo”, ou seja, os que estão na “base da sociedade”, daqueles que estão no topo. A “cultura” era associada a um “feixe de luz” capaz de “ultrapassar os telhados” das residências rurais e urbanas para atingir os recessos sombrios do preconceito e da superstição que, como tantos vampiros (acreditava-se), não sobreviveriam quando expostos à luz do dia (BAUMAN, 2013, p.12; grifos do original).

No ideário iluminista a cultura era considerada um mecanismo para a construção de uma nação e de um Estado possível através da classe instruída, disseminando a obediência dos súditos e a solidariedade entre os compatriotas, o que se alcançou com o crescimento da população, aumentando o número de “*trabalhadores-soldados*” que garantiriam a segurança. Porém, com a necessidade de conquistar outros territórios, além das fronteiras, não havia mais como absorver o excesso de população em certos limites territoriais (BAUMAN, 2013).

A partir dessa expansão, criou-se, no século XVIII, a teoria cultural evolucionista, na qual a sociedade desenvolvida deveria converter o restante dos habitantes do planeta, atribuindo à cultura a função de proteger o Estado-nação, imobilizando e hierarquizando socialmente (BAUMAN, 2013).

Bauman (2013, p.17) também indica que, atualmente, a cultura, depois de liberta das obrigações de seus criadores, “é capaz de se concentrar em atender às necessidades dos indivíduos, resolver problemas e conflitos individuais com os desafios e problemas da vida das pessoas”.

Já Bhabha (1996) ressalta que a hegemonia de uma cultura requer a interação da alteridade coletiva dos seus membros, produzindo uma sociedade politizada, pois quando os grupos estão bem organizados, podem resistir à realidade mascarada e alienante, por meio da compreensão crítica e da ação política.

Hall (2006), por sua vez, aponta que, com o advento da sociedade moderna globalizada do século XX, a alteridade é fundamental na constituição da identidade dos seres humanos. Todavia, identidade e alteridade, antes constituídas a partir de um ponto fixo de referência, agora são abaladas pela intensa movimentação das pessoas, informações e mercadorias. O período de modernização dos transportes e das tecnologias da informação permite que, nas fronteiras

nacionais, diversas culturas de vários países interajam entre si, alterando as identidades e acirrando a integração econômica e os avanços nas tecnologias, contribuindo também diretamente para homogeneizar a cultura (PACHECO, 2004).

Assim, as identidades, tanto individuais como de grupos, não estão isoladas da construção territorial e suas características peculiares fazem parte de um processo construtivo, estão em constante movimento, com mudanças, num jogo de interesses (PEDON e SOUZA, 2007).

As feições culturais da identidade surgem através das necessidades espirituais e intelectuais, que são pressionadas por outras necessidades materiais, nas quais as mudanças não modificam apenas o sujeito, mas também o lugar onde ele vive (BHABHA, 1996). Há uma unidade entre materialidade e imaterialidade, consoante argumentara (SAQUET, 2007), evidenciando, também, o processo histórico inerente à cada identidade: significa um movimento formado por relações, valores, comportamentos, ideologias, edificações (casas, escolas, monumentos etc.), estradas, ritos etc.

Seixas (2008) destaca que a identidade e os conflitos culturais de determinado povo não são construídos somente nessa fase contemporânea do capitalismo; sua produção também envolve a estrutura cultural arquetípica, dos mitos e das narrativas, formados ao longo do tempo histórico, além da miscigenação de elementos culturais de diferentes grupos. Assim, a identidade cultural é composta por diferentes elementos como valores, costumes, modos de pensar, estilos de vida, histórias, instituições, etnias e o meio natural (SEIXAS, 2008), portanto, por mudanças e permanências. Na construção da identidade cultural implica-se a existência da diferença e da alteridade, além do reconhecimento de que o outro sujeito é diferente, cada sujeito e grupo pode viver distintas identidades. No decorrer do processo de formação, transformação e afirmação da identidade cultural, ela pode oscilar entre aspectos mais universais ou preservar características locais e regionais de identificação (SEIXAS, 2008).

Sucintamente, segundo Saquet (2014), a identidade é construída histórica e socialmente, por certo grupo social, com mudanças e permanências, pode significar resistência e/ou direcionamento para o desenvolvimento local e ela é criada por meio de relações afetivas e do sentimento de pertencimento ao lugar, tendo, portanto, um conteúdo territorial vinculado à mobilização e luta política. As relações afetivas e o sentimento de pertencimento ao lugar se dão no território, onde há relações sociedade-natureza materializando-se constantemente, onde o povo vive suas angústias, lutas, alegrias, tristezas, conflitos, cooperações e é, muitas vezes, oprimido; território que precisa ser reorganizado centrando-se as atividades na valorização dos saberes populares e do patrimônio cultural (SAQUET, 2014).

As comunidades rurais do município de Itapejara d'Oeste

A Comunidade de Coxilha Rica

A comunidade de Coxilha Rica recebeu seus primeiros moradores por volta de 1920, segundo Maycot (2001); na década de 1950, esta comunidade era o núcleo mais povoado e desenvolvido economicamente no município. As famílias Gomes, Amaro, Oliveira e Ariero, foram os primeiros habitantes efetivos dessas terras que, em 1953, tornam-se Distrito Administrativo⁴. Porém, apesar de ter destaque frente às demais localidades do futuro município, perde a chance de se emancipar e se tornar sede municipal devido ao valor exacerbado que os proprietários das terras pediam na época (MEIRA, 2013).

O valor das terras neste processo de emancipação é um fato interessante, a comunidade rural de Coxilha Rica deixa de ser a futura sede do atual município de Itapejara d'Oeste, pelo fato de o dono das terras, naquela época, ter exigido um valor muito alto pela venda das mesmas, dado registrado na página oficial do município (<<http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/site/>> acesso em agosto de 2013). Meira (2013) chama atenção para este fato porque demonstra as relações de poder que se estabelecem na apropriação do espaço, assim como destaca Raffestin (1993 [1980]), ao considerar que o território é resultado das múltiplas relações de poder efetivadas no tempo e no espaço transformado pelo trabalho e outras relações sociais.

Identificamos, através dos relatos dos moradores atuais desta comunidade que, a partir da transferência da sede distrital, em 1964, houve uma estagnação populacional em Coxilha Rica. Atualmente, segundo dados da Secretaria de Saúde de Itapejara d'Oeste (2016), residem 87 famílias na comunidade e arredores (285 pessoas). Existe uma carência de serviços, como estabelecimentos comerciais, posto de saúde, equipamentos de lazer, tendo apenas uma churrasqueira e um pequeno campo de futebol comunitário, utilizado nos fins de semana pelos moradores (Figura 1), na qual também podemos ver uma habitação de madeira com uma antena parabólica, a capela de alvenaria e uma plantação de milho, um dos principais cultivos do município juntamente com a soja.

Figura 01 – Sede da comunidade de Coxilha Rica.

⁴ Através da lei municipal nº 26, de 26/04/1953, foram criados os distritos de Coxila Rica, Dois Vizinhos e Verê, pertencentes ao município de Pato Branco.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Esse processo de inércia pode ter decorrido, apesar da sua localização às margens da PR 493, pavimentada, da proximidade que a comunidade tem com a cidade, o que acaba direcionando a procura por trabalho e serviços no espaço urbano. A busca ou, neste caso, o direcionamento dos serviços e necessidades que, com o passar do tempo se fizeram indispensáveis, acabaram condicionando o êxodo de muitas pessoas para a cidade de Itapejara d'Oeste e outras do Brasil.

A Comunidade de Barra Grande

A formação efetiva da comunidade de Barra Grande se deu, exclusivamente, por migrantes descendentes de italianos. Segundo Maycot (2001), as primeiras famílias a se fixarem nesta comunidade foram Biazussi, Casiraghi, Chiapetti e Lucini, que ali reproduziram seus costumes, crenças, dialetos, criando as bases da comunidade a partir das particularidades mais típicas da cultura italiana. A comunidade de Barra Grande possui um contingente populacional superior às demais do município, identificado a partir da observação realizada empiricamente considerando o número de casas, que é superior às demais comunidades do município; segundo dados da Secretaria de Saúde Municipal (2016), residem 168 famílias na comunidade (520 pessoas ou, de acordo com o IBGE [2010], 500 habitantes). Na Figura 02, mostramos o aglomerado de casas na sede da comunidade.

Figura 02 – Imagem panorâmica da sede da comunidade rural de Barra Grande.



Fonte: Google Maps (<<https://www.google.com.br/maps>> Acessado em novembro 2015).

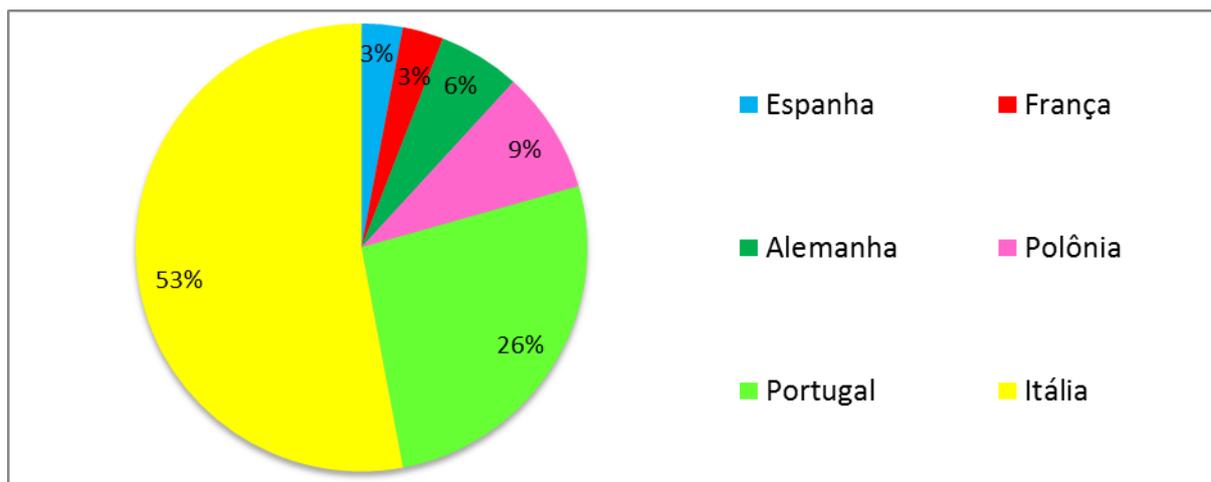
Esta localidade tem uma organização mais concentrada em torno da rodovia PR 566, pavimentada; outro aspecto relevante é o intenso uso das terras por meio dos cultivos agrícolas, revelando pequeníssimas áreas remanescentes com mata nativa.

No Gráfico 01 destacamos a predominância dos migrantes de descendência italiana que colonizaram o município, no mesmo processo de ocupação sistemática do Sudoeste do Paraná, por gaúchos e catarinenses, especialmente com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943.

A comunidade de Barra Grande tem significativo destaque no percentual de descendentes italianos, sendo que, grande parte dos sobrenomes pesquisados, por Serena (1968) e Maycot (2001), era da comunidade, assim como seus descendentes, que continuam morando na mesma.

Após a *Revolta dos Posseiros*, em 1957, conforme Maycot (2001), houve um aumento populacional na comunidade, além da instalação de lojas, armazéns, bares, posto de gasolina, entre outros, porém, com a falta de incentivos públicos, houve certa estagnação do comércio e a saída de muitos moradores que foram para os centros urbanos.

Gráfico 01 – Descendência dos primeiros colonizadores do município de Itapejara d'Oeste



Fonte: MAYCOT (2001); SERENA (1968). Organização: MEIRA, R. A. 2015.

A falta de incentivos públicos, a que se refere a autora, é o fato de que, na época, houve mais interesse, por parte dos políticos locais, em emancipar o município, que aconteceu em 1964, tornando a localidade de Barra Grande um Distrito Administrativo pertencente à Itapejara d'Oeste, contrário ao anseio da população local que pretendia emancipar politicamente a comunidade. Por estas e outras razões existem, até os dias atuais, segundo os relatos dos moradores, tanto da comunidade quanto da cidade, conflitualidades político-culturais entre os que moram na comunidade e os da cidade, que se iniciaram desde as disputas pela apropriação do território e sua emancipação.

Figura 03 – Residência da Barra Grande.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Destacamos, nesta imagem, o aparelho de ar condicionado na habitação rural como um indicativo das condições de vida dos moradores do campo e a grade, não como proteção à moradia, mas como uma reprodução do cercado que se faz na cidade. Nesta comunidade, há uma boa diversidade infraestrutural, com bares, escola, igreja, posto de gasolina etc., fato que não impediu, historicamente, a migração de parte da sua população, sobretudo a partir dos anos 1980-90.

Mesmo assim, a comunidade de Barra Grande tem importante contribuição na economia do município, muitas famílias trabalham na agricultura, principalmente nos cultivos da soja e do milho, sendo que esta é a base econômica local. Vale destacar que os moradores mantêm um padrão de vida que parece ser superior ao dos moradores das demais comunidades do município. Esse apontamento se qualifica através das falas dos entrevistados locais e também por indicadores da modernidade verificados em campo, como a arquitetura das casas (Figura 3), os equipamentos urbanos existentes e os maquinários agrícolas de alta tecnologia (Figura 4) que contrastam com um depósito de sucatas (Figura 5) existente na mesma comunidade, resultante da renovação da frota agrícola.

A comunidade é bem estruturada e mantém intensamente a cultura italiana que é visivelmente notada pelo sotaque, pois percebemos a utilização de muitas palavras dos dialetos italianos, e por outros costumes, como as festas e os jantares, realizados por mulheres da comunidade, que fazem questão de dizer que são elas as maiores responsáveis por repassar e manter as tradições para seus filhos e netos.

Figura 04 – Maquinários agrícolas na localidade.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em dezembro de 2015.

Figura 05 – Depósito de maquinários agrícolas que não são mais utilizadas.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em dezembro de 2015.

As comunidades rurais de Lageado Bonito, Luiz Costa e Barra do Vitorino

Nas comunidades rurais de Barra do Vitorino, Luiz Costa e Lageado Bonito, a concentração populacional nas proximidades das sedes é baixa, o que acaba não fortalecendo a dinâmica da vida comunitária entre os moradores. Na comunidade de Lageado Bonito, há 87 famílias, 281 pessoas (SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, 2016), os moradores são envolvidos e comprometidos com a organização da dinâmica comunitária e, desta forma, solidificam relações como a ajuda mútua na organização das festas locais, mantendo costumes produzidos pelos primeiros moradores e (re)produzidos por seus descendentes.

Em Lageado Bonito, os moradores que entrevistamos destacaram a união existente entre si desde a época da sua formação, na década de 1960, pois foi a partir do esforço comunitário que construíram a igreja e, mais tarde, o centro comunitário. O envolvimento entre os moradores é percebido nos dias atuais, uma vez que, através das doações financeiras de todos, recentemente, construíram a capela mortuária e outras benfeitorias na sede da comunidade (Figura 6).

Figura 06 - Benfeitorias na sede da comunidade de Lageado Bonito.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Já em algumas localidades do município, encontramos evidências de certo abandono, pois percebemos uma pequeníssima quantidade de moradores e a falta de equipamentos públicos, contando apenas com a igreja e o pavilhão comunitário, como ocorre nas comunidades de Luiz Costa (Figura 7) e Barra do Vitorino; existem poucas famílias que parecem ter uma vida mais simples, apesar da inserção do mercado, feita por meio da produção da soja, do milho e do trigo.

Figura 07 – Centro comunitário e igreja na sede da comunidade de Luiz Costa.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Os contrastes encontrados nessas comunidades evidenciam a existência de diferentes temporalidades, algumas pessoas parecem viver num ritmo mais acelerado, outros, numa rotina mais cadenciada, talvez acomodados diante das dificuldades vividas cotidianamente. Como destaca Saquet (2003, p. 19): “Os tempos são tempos desiguais, vividos em cada dialética espaço-tempo, mas dá-se também uma relação singular x universal, em diferentes velocidades, complexidades e intensidades”.

Alguns equipamentos encontrados nas moradias de algumas comunidades demonstram temporalidades com ritmos mais acelerados, embora ainda sejam utilizados meios de trabalho mais antigos como as carroças de tração animal, juntamente com pequenos tratores. As construções de madeira, que estão presentes no rural e no urbano, também evidenciam temporalidades diferentes, como ocorreu com o pavilhão de festas da comunidade de Barra do Vitorino, que preservava sua estrutura de madeira da época da formação da comunidade, há aproximadamente 50 anos, mas foi destruído uma semana após nosso primeiro registro (08 em outubro de 2013), para construção de outro em alvenaria (Figura 8).

Figura 08 – Pavilhão de madeira na sede da comunidade de Barra do Vitorino antes e depois da demolição.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Essas diferentes temporalidades coexistem caracterizando diferentes ritmos de vida, produções e relações sociais, as temporalidades com ritmos mais acelerados estão ligadas à produção e comercialização, enquanto as mais lentas voltam-se para o lugar, revelando uma relação mais endógena dos sujeitos em suas comunidades, provavelmente, mais enraizados também.

A comunidade de Palmeirinha

Esta comunidade está localizada próxima a área urbana do município e, assim como Barra Grande, nas margens de uma rodovia pavimentada – a PR 493-, tendo, também, uma forma mais areal e concentrada. Destaca-se por contar com vários serviços e estabelecimentos mercantis que atendem as necessidades da população local, como mercado, bares, salão de beleza, posto de saúde, entre outros, além de abrigar uma fábrica de cadeiras e a Baggio Lavanderia Ltda (Figura 9), que contribuem na geração de empregos para a população local e conferem certa dinâmica que parece mais complexa do que as verificadas em Barra do Vitorino, Luiz Costa e Lageado Bonito.

Figura 09 – Comércio e serviços na comunidade de Palmeirinha.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Historicamente, a comunidade foi habitada por migrantes de descendência espanhola, polonesa, italiana e alemã. As famílias Andrade, Crestani, Gaudenski e Kuffner, foram as primeiras a se instalarem na comunidade (MAYCOT, 2001); isso demonstra a diversidade cultural que se reproduziu através dos costumes das pessoas de diferentes etnias, atenuando as disparidades entre os grupos sociais.

As comunidades rurais do município de Francisco Beltrão

A comunidade de Jacutinga

Com a necessidade de novas terras para o plantio nos municípios de Nova Trento, mais especificamente na região de pinhais, em Rio dos Ovos, no Estado de Santa Catarina, muitas famílias foram obrigadas a migrar para outras regiões, como fez um grupo de produtores interessados em adquirir terras férteis logo que chegaram ao Sudoeste do Paraná, ainda pouco habitado e com longas e produtivas faixas de terras (HELMANN, 1981). No início do ano de 1943, esse grupo com 8 produtores, deixou Nova Trento rumo ao Sudoeste para um conhecimento prévio, são eles: Paulo Schimitz, Palacius Schimitz, Henrique Hellmann, Bernardo Hellmann, José Back, Paulo Back, Pedro Petri, Antonio Fchvabe. Durante a viagem foram informados de que a região do Marrecas era muito boa para plantar (HELMANN, 1981).

A Entrevistada C. J. H (2014) ressalta que: “migramos porque lá a terra não produzia bem porque é terra de pinhal, daí não tinha o que vender para pegar dinheiro, então comia o que plantava, mas dava pouco e era muito sofrido, já aqui nessa região todo mundo dizia que tinha terra boa e nova para cultivar”.

De acordo com Paulo Schmitz, entrevistado por Helmann (1981), a Vila Marrecas possuía poucas casas e quem os recebeu foi Fabrício Farias, que deu as primeiras explicações sobre a região, e os levou até Jacutinga, onde um morador local tinha a intenção de vender a sua terra aos migrantes, mas também de ajudá-los mostrando terras ainda não ocupadas, sem necessidade de pagamento pela posse.

Segundo a Entrevistada C. J. H (2014) “desde quando chegamos à comunidade ela já tinha este nome, por causa da ave Jacutinga que tinha aqui, meu marido disse que viu várias, mas hoje não tem mais, foi muito caçada”. Ainda de acordo com a entrevistada, a região era de mata fechada, “sertão”, as pessoas se apoderavam de um pedaço de terra, construía um “rancho” e iniciavam a derrubada da mata para plantar.

Do primeiro grupo de migrantes que compraram a posse da terra de Fabricio Farias e Pedro Damásio, ficaram apenas Paulo e Palacius Schimitz, rapazes solteiros, para garantir a posse, os outros retornaram a Nova Trento. Paulo e Palacius construíram o primeiro “rancho” em Jacutinga para morar e iniciaram a criação de porcos e galinhas (HELMANN, 1981).

Em junho de 1948 chegaram as quatro primeiras famílias de Nova Trento na comunidade de Jacutinga. As mudanças vieram em apenas um caminhão e a viagem durou oito dias, porém, o caminhão teve que descarregar em Marrecas (na época, sede da CANGO) e as coisas foram transportadas no lombo de cargueiros, pois não existia estrada até Jacutinga (HELMANN, 1981). Na Figura 10 mostramos os moradores da comunidade e os tratoristas que trabalharam na construção da primeira estrada que ligou a comunidade à Vila Marrecas, hoje Francisco Beltrão.

Figura 10 – Moradores da comunidade e tratoristas posando com um animal caçado.



Fonte: HELLMANN (1981).

Ainda de acordo com Helmann (1981), desde as primeiras famílias, houve forte ligação com a fé católica, uma das primeiras preocupações foi erguer uma cruz e, aos domingos, reunirem-se para rezar. Por volta de 1950, com a ajuda mútua dos moradores, fundaram a gruta de Nossa Senhora de Lurdes, onde recebiam os padres para as missas. As famílias que residiam na comunidade de Jacutinga eram muito solidárias, principalmente em questões de problemas de saúde, em trabalhos nas lavouras e garantindo a alimentação a moradores recém-chegados (HELLMANN, 1981). Entretanto, a Entrevistada C. J. H. (2014) esclarece que estes costumes que faziam parte da vida em comunidade estão sendo perdidos: “já existiu mais, hoje eles se reúnem apenas para organizar o cemitério, nas festas para quem é da diretoria e os amigos mais chegados trabalham, quando é para limpar a gruta vai um grupinho”.

Inicialmente, plantava-se para a alimentação familiar, trigo, milho, feijão e batatinha, além da criação de gado, porcos e galinhas, o excedente era levado até a Vila Marrecas para comercialização. O trigo era batido com mangual⁵, pois poucos produtores tinham condição de transportá-lo até o moinho mais próximo, em Marmeleiro (40 km de distância), em uma viagem de três dias a cavalo (HELLMANN, 1981).

⁵ O mangual é um instrumento utilizado para debulhar cereais. Consiste em um pedaço de madeira comprido e fino no qual se sustenta a base, chamado de mango, que serve de cabo.

Com o povoado já constituído, a grande maioria de descendência alemã e adeptos à religião católica, decidiram construir a primeira igreja de madeira de cedro lascada manualmente na margem do rio Jacutinga, em 1952-1953. De acordo com a Entrevistada C. J. H. (2014) é a fé que fortalece o sentimento de pertencimento ao lugar, de fazer parte da comunidade e estar vinculado a ela por elementos sentimentais e econômicos, “nossas gerações passadas ajudaram a construir e hoje ampliamos, por exemplo, com a construção da Capela Mortuária, Centro Esportivo, Clube dos Idosos entre outros”. Na Figura 11 estão a primeira igreja construída de madeira, a segunda igreja inaugurada em 1959, a atual igreja da comunidade e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes construída em março de 1950.

Figura 11 – As igrejas e a gruta de Jacutinga.



Fontes: HELMANN, C. J. (1981); Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2014. 1 – Primeira igreja construída na comunidade de Jacutinga; 2 – Segunda igreja da comunidade; 3 – Gruta Nossa Senhora de Lourdes; 4 – Atual igreja da comunidade.

Atualmente, Jacutinga, localizada nas proximidades da rodovia PR 182, conta com uma boa infraestrutura, ou seja, escola municipal com 195 alunos, igreja, pavilhão de festas, quadra esportiva (que está sendo construída), bares e mercearias (Figura 12), com acesso asfaltado até o agrupamento populacional. Residem na comunidade 1.482 habitantes (IBGE, 2010), sendo a 3ª maior comunidade, em número de habitantes, em Francisco Beltrão.

Figura 12 – Infraestrutura na comunidade de Jacutinga.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em outubro de 2014.

Existe um projeto de emancipação da comunidade de Jacutinga tramitando na Assembleia Legislativa do Paraná, ainda não votado; se aprovado, o nome será Jacutinga do Oeste. Apesar da boa infraestrutura que a comunidade possui, muitos serviços, principalmente de saúde, são direcionados para a cidade. Vale destacar que, em Jacutinga, encontra-se o maior núcleo de agricultores agroecológicos do município, 6 no total.

A comunidade Secção Progresso

A comunidade Secção Progresso está localizada a 15 km da cidade de Francisco Beltrão, constituída por pequenas propriedades rurais onde se produz, principalmente, soja, milho, leite e se pratica a avicultura. Em relação à organização social, acontece anualmente a festa do padroeiro Santo Antônio e a festa polonesa, com tradicional jantar com pratos típicos poloneses e danças (SANTOLIN, 2006). O principal objetivo da realização da festa polonesa, segundo o Entrevistado O. P. W. (2014), é manter e resgatar o máximo possível os costumes dos poloneses, descendência de vários moradores, muitos já praticados em seus municípios de origem e repassados de geração em geração, preservando a identidade familiar.

O Entrevistado O. P. W. (2014), morador da comunidade desde 1972, relata também que todos os moradores participaram da construção da atual igreja e do centro comunitário (Figura

13). As formas de ajuda mútua na construção da sede comunitária ocorreram principalmente através de mutirões, cada família doava alguns dias de serviço e todos trabalhavam juntos. A verba financeira necessária para a compra dos materiais de construção foi doada à comunidade pelos governantes da época. Ele também ressaltou as dificuldades de locomoção, pois as estradas eram de chão batido e o ônibus, que levava os moradores até a cidade, passava apenas uma vez por semana, se precisassem de transporte nos outros dias tinham que andar de carroça, para os que não tinham *Jeep*, ou de carona com outros moradores. Atualmente, os deslocamentos são bem mais fáceis e a infraestrutura basilar é boa (Figura 13).

Algumas mudanças ocorridas com o passar dos anos, de acordo com o Entrevistado O. P. W (2014), foram muito positivas para o fortalecimento da comunidade, como a formação da Associação dos Moradores Secção Progresso, que disponibiliza um trator e implementos agrícolas: “antigamente se queriam passar veneno era preciso desembolsar uma grande quantia, hoje temos a associação de moradores, por mais que os recursos ofertados não sejam ideais, antigamente era bem pior, hoje é acessível a todos os produtores”.

Figura 13 – Centro comunitário e a igreja da Secção Progresso.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em junho de 2014.

Conforme destacado pelo Entrevistado O. P. W (2014), a associação dá “mais força” aos agricultores para continuarem nas atividades do campo, pois muitos não têm suporte e condições para a compra particular de tratores; a associação dá essa condição, além de uma base para manter os produtores organizados politicamente por meio de reuniões, palestras e assembleias. A

diretoria é composta pelos próprios moradores e há articulações conjuntas com as entidades sindicais e com representantes políticos para aquisição de implementos mais modernos, conforme demanda do grupo associado.

Outro relato importante é o do Entrevistado M. T. (2014): “Em termos de saúde e força pra trabalhar era melhor antes, mas hoje tudo é mais fácil, não precisa plantar tudo a mão”. Com 81 anos vive sozinha, planta quase tudo que precisa para sua alimentação: o feijão, por exemplo, realiza todo o procedimento desde o preparo do solo, a plantação e a colheita, para evitar o consumo de alimentos com agrotóxicos. Isso, além de manter a forma simples e braçal de cultivar, mostra a importância de manter os costumes que perpassam as “modernidades”, juntamente com aspectos da cultura e identidade.

A comunidade de Rio do Mato

A comunidade de Rio do Mato teve seus primeiros moradores efetivos por volta de 1947, de acordo com o Entrevistado I. D. C. (2014); as terras eram cobertas por mata, onde precisaram realizar a derrubada para plantar, tendo como principais cultivos o feijão e o milho para vender e para consumo familiar.

Em virtude das atividades comerciais, de serviços, extrativas etc., realizadas na comunidade, como uma serraria que pertencia à família Liston, hotel, lojas, médico, dentista, mercearia, igreja, e de uma boa infraestrutura, a comunidade possuía uma economia bem dinâmica (ENTREVISTADO I. D. C, 2014). Atualmente não existem mais esses serviços e, segundo o mesmo entrevistado, o número de famílias próximas à sede da comunidade é bem menor (Figura 14).

Boa parte dos moradores é idosa e eles não tiveram muito estudo; herdaram as terras dos seus pais e os jovens, geralmente, migram para estudar e acabam se estabelecendo nas cidades; tanto o Entrevistado I. D. C. (2014) quanto o M. S. R. (2014), relataram que seus filhos não se identificam com os trabalhos do campo e foram morar na cidade. Os mesmos entrevistados ressaltam as mudanças significativas na vida atual em relação ao que viviam na década de 1960: atualmente tudo é mais fácil, porém, o convívio com as pessoas era melhor, os moradores se organizavam para a realização das festas nas comunidades com muito empenho, atualmente as pessoas não possuem a mesma relação de envolvimento entre si, de cooperação e ajuda mútua.

Figura 14 – Núcleo de casas na comunidade de Rio do Mato.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em julho de 2014.

A Comunidade de Secção Jacaré

Os primeiros migrantes que chegaram à comunidade, a maioria era descendente de italianos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, encontraram muita mata e alguns caboclos, estes se esforçavam para que outros viessem para lhes fazer companhia e pela quantidade de terras desocupadas (PANSEIRA, 2006). Assim, a comunidade foi formada, com a abertura de estradas e a construção da primeira capela (Figura 15) da religião católica pelos moradores no ano de 1962, que foi tombada como patrimônio histórico do município em 2001 (NESI, 2011).

A partir das entrevistas concedidas a Panseira (2006), alguns moradores relataram que, naquela época, existiam algumas dificuldades de acesso à comunidade, como as estradas em péssimas condições, para chegar na Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão, levavam até um dia para irem e voltarem. Na década de 1970, em decorrência das necessidades da população local, surgiram bares, mercearias, serrarias e moinho, porém, devido à instalação de usinas hidrelétricas maiores no Sudoeste do Paraná, a usina do Rio Santana (localizada nas proximidades da comunidade) foi desativada, em 1974, fazendo com que alguns estabelecimentos comerciais fechassem (NESI, 2011).

Figura 15 – Capela São Francisco de Assis na comunidade de Secção Jacaré.



Fonte: Banco de dados do GETERR – Trabalho de campo realizado em maio de 2014.

Conforme o que foi apontado por Nesi (2011) e Panseira (2006) é possível perceber contrastes entre o início da ocupação da comunidade Secção Jacaré, a partir de 1940, como já foi ressaltado, até por volta do ano de 2011. É necessário destacar que todas as mudanças econômicas e culturais são decorrentes de um processo histórico que ocorreu em lugares diferentes. Desta forma, concordamos com Saquet (2003) ao afirmar que o *novo* não chega a todos os lugares no mesmo momento, nem se objetiva, necessariamente, ao mesmo tempo com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em diferentes atividades e lugares.

De acordo com Nesi (2011), com o intuito de resgatar e preservar a cultura dos migrantes da comunidade realiza-se, todos os anos, um jantar típico da cultura italiana, com apresentações de danças através do Grupo Folclórico Italiano Belvedere, que envolve os jovens em apresentações locais e regionais. A Secção Jacaré dispõe ainda de uma escola de ensino fundamental, fundada em 1978, que recebe alunos das comunidades da Linha São Roque, Secção São Miguel, Secção Progresso, Vargem Alegre, Vila Lobos e Volta Grande do Marrecas; de acordo com o IBGE (2010), no distrito da Secção Jacaré, há 1.378 habitantes. Estes elementos nos revelam características importantes da vida nas comunidades estudadas e, evidentemente, da cultura e da identidade territorializada pelas pessoas que ali ainda vivem ou viveram.

As comunidades rurais do município de Marmeleiro

A comunidade de Itaíba

A comunidade de Itaíba teve sua formação a partir da vinda dos migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estes, como destaca Braga (2010), migraram pelo fato de terem sido atingidos pela construção de uma hidrelétrica. A ELETROSUL (Companhia Elétrica do Rio Grande do Sul) foi a responsável pela construção da hidrelétrica de Itá, localizada no Rio Uruguai entre os municípios de Aratiba, Rio Grande do Sul e Itá, Santa Catarina. Dessa forma, os agricultores que tiveram a suas propriedades atingidas pela construção da usina e possuíam título da terra foram indenizados, os que não possuíam trabalhavam como arrendatários e os que moravam com os pais, foram assentados em várias regiões do Sul do Brasil, incluindo o município de Marmeleiro, no final da década de 1990 (BRAGA, 2010).

Ocorreram muitas disputas entre a ELETROSUL e os agricultores, pois a empresa queria pagar um valor muito baixo por suas terras, e foi com o apoio do MST (Movimento dos Sem Terra) juntamente com MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que os resultados começaram a aparecer; os agricultores receberam um valor mais alto pelas terras e aqueles que não tinham título, muitos deles que vieram para Itaíba, receberam ajuda para a construção das casas, estábulos, chiqueiros, galpões etc. (BRAGA, 2010).

O Entrevistado M. S. (2015) relata que o nome da comunidade foi definido a partir da junção dos nomes de onde migraram, dos municípios de Itá e Aratiba, que originou o nome de Linha Itaíba. No ano de 1989, foi construído, pela ELETROSUL, o primeiro pavilhão de festas na comunidade e, uma década depois, foi derrubado para construção de um novo, de alvenaria, que permanece até os dias atuais.

Entre as comemorações realizadas na comunidade, destacam-se as festas católica e luterana, quando há cooperação entre os moradores, o que contribui para o fortalecimento e unidade entre os mesmos e também nos permite inferir que a solidariedade foi fundamental na construção do assentamento, como um traço da cultura camponesa reproduzida de geração em geração pelos migrantes gaúchos e catarinenses.

Devemos destacar, também, a pluriatividade dos trabalhadores da Linha Itaíba.

[...] a Linha Itaíba destoa das outras comunidades, com um número maior de trabalhadores pluriativos; isso ocorre porque essa comunidade fica a três quilômetros da cidade, ou seja, está muito próxima, fato que facilita os deslocamentos diários. E também porque a comunidade foi construída próxima à rodovia, onde há um posto de combustíveis, com restaurante anexo, assim, dos 18 trabalhadores, 7 trabalham nesse local. Para os outros 11 que trabalham na cidade, o deslocamento é rápido (BRAGA, 2015, p. 223).

Boa parte dos moradores da Linha Itaíba são pluriativos, como destacou o autor, isto ocorre pelo fato da comunidade estar às margens da PR 180, ter maior proximidade do espaço

urbano e também porque os lotes de terra são pequenos. Segundo Braga (2015), seus entrevistados relataram que o trabalho na cidade não coincide com o na propriedade, principalmente na produção de leite e fumo.

A comunidade de Manduri

A comunidade de Manduri teve sua fundação no ano de 1950, e levou esse nome porque existiam naquela localidade muitas abelhas com o nome de Munduri. Na época da sua formação, existiam aproximadamente 40 famílias na comunidade, a grande maioria era descendente de poloneses, italianos e alemães, além dos *nativos* (ENTREVISTADO A. A., 2014). Os fundadores da comunidade também vieram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: migraram com o desejo de comprar terras e melhorar a qualidade de vida, pois naquela época existiam políticas oficiais de colonização, o que atraiu muitos migrantes. Atualmente, a maioria dos seus fundadores já é falecida, conforme o relato do Entrevistado A. A. (2014), “do tempo em que eu cheguei aqui, para dizer com franqueza, dos moradores que estão hoje aqui e que estavam naquele tempo, que eu lembro é a viúva Simon”. Hoje encontram-se na comunidade alguns filhos e netos daquelas pessoas que contribuíram para a formação da mesma. Um dos entrevistados nos conta que:

Vim do município de Tangara/SC e era natural de Joaçaba. Vim casado e já tinha um filho quando nós viemos, aí, porque lá era muito mais difícil naquela época comprar terreno, comprar terra lá era mais caro, pra você comprar uma colônia lá aqui você comprava cinco, seis, então essa foi a diferença que o pessoal começou vim de lá. Aqui eles estavam colonizando e lá já era tudo comunidades antigas (ENTREVISTADO A. A., 2014).

A partir desse relato podemos identificar que, além do incentivo à colonização, muitos buscavam terras com preços mais baixos, considerando que esta região ainda era praticamente coberta por mata nativa, habitada de forma esparsa por índios e caboclos, aspecto que nos possibilita compreender o expressivo número de pessoas que migraram e aqui reproduziram seus costumes, a exemplo, a arquitetura das casas como podemos perceber na Figura 16.

Figura 16 – Casa da família Kaefler, na comunidade de Manduri, em Marmeleiro, que ainda preserva a arquitetura alemã desde a época da sua construção.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em novembro de 2014.

O sustento das famílias da comunidade era proveniente da agricultura, o trabalho era bem rudimentar e manual, pois as famílias não dispunham de máquinas agrícolas e de outras tecnologias, também não era utilizado nenhum tipo de insumo químico para o cultivo dos alimentos. Conforme o Entrevistado A. A. (2014), os alimentos cultivados eram: “feijão, arroz, mandioca, milho, batata doce e verduras, você plantava de tudo que era negócio ‘pro grude’ (se alimentar) você tirava tudo da roça”. Na época existiam mutirões entre os trabalhadores para derrubada da mata e plantio agrícola, principal meio de alimentação das famílias:

Naquele tempo eles não diziam mutirão, diziam puxerão que daí eles faziam, algum que tinha uma capueirada para roçar eles faziam um daqueles mutirão no sábado, daí fazíamos um churrasco de meio dia e às vezes, de noite, saía um bailezinho ainda. A turma ia lá foicea, às vezes tinha vinte cinco, trinta e tantos foiceando, derrubavam uma barbaridade por dia (ENTREVISTADO A. A., 2014).

Em 1956, foi feita a primeira construção de madeira que passou a ser o local da escola e da capela onde, nos fins de semana, aconteciam as celebrações dos cultos; em 1966, foi construída outra capela em outro lugar devido à distância de algumas famílias; em 1984, foi construído o pavilhão da comunidade (em alvenaria).

Atualmente, há uma associação de moradores, disponibilizando um trator e vários maquinários para serem utilizados coletivamente nos serviços das propriedades rurais

(ENTREVISTADO A. A, 2014). A comunidade conta com 55 famílias, que ainda se sustentam da agricultura, destacando-se a produção leiteira, o fumo, o milho e a soja, que se tornou mais expressiva com a mecanização, ocorrida a partir dos anos 1970. Outrossim, existem moradores da comunidade que trabalham na cidade, na prefeitura, em serviços de terraplenagem e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nos trabalhos de campo também notamos que algumas propriedades são de moradores urbanos que, além de possuírem empresas na cidade, também têm a renda advinda da agropecuária.

A comunidade do Km 15

Esta comunidade teve sua fundação aproximadamente no ano de 1952, localizada às margens da rodovia PR 280, pavimentada, tem uma boa infraestrutura, mesmo sem muitos moradores na sede, alguns se organizam através da Sociedade Esportiva Varonil, que parece fazer parte das atividades de lazer dos moradores (Figura 17).

Conforme o Entrevistado F. O. G (2015), seus fundadores foram as famílias Gadens, Moss, Missio, Dalponte, Cosser, Balestrins e os Triarcas, porém, destas, somente a família Dalponte reside atualmente na comunidade, as demais migraram para outras regiões do Brasil.

O nome Km 15 surgiu a partir da abertura da estrada que liga os municípios de Marmeleiro e Barracão, pois a localidade está situada a 15 km da cidade de Marmeleiro. Depois de um tempo tentaram mudar o nome para Ipoméia, pois quando foi instalada a primeira urna eleitoral na comunidade, o juiz perguntou para o presidente da mesa como colocariam o nome da urna, ele pensou em colocar o nome de uma região de Santa Catarina que se chamava Ipoméia, mas o nome não deu certo (ENTREVISTADO F. O. G, 2015).

Na comunidade existiam aproximadamente 104 famílias, o Entrevistado F. O. G (2015) nos conta que: “quando nós viemos morar aqui não tinha Linha Félix, não tinha a Gruta, pois estava se formando, não tinha o Km 18, não tinha o Km 10, depois que eu vim morar aqui que essas comunidades se formaram”. Com a formação destes outros agrupamentos, houve a redução da participação de algumas famílias na comunidade do Km 15, devido à distância das casas até a sede.

Figura 17 – Infraestrutura da comunidade do KM 15, em Marmeleiro – PR.



Fonte: Banco de dados do GETERR - Trabalho de campo realizado em novembro de 2014.

As famílias que predominavam nessa localidade eram quase todas de origem italiana, embora existissem alguns caboclos que já moravam na região. A religião, segundo o Entrevistado F. O. G (2015), era predominantemente católica, ainda nos contou que a primeira igreja foi queimada acidentalmente, por estar localizada bem próxima a uma roça, o agricultor foi queimar a capoeira e o fogo chegou até a igreja, que era de madeira, conseguiram tirar somente a imagem de um santo, o resto foi totalmente destruído pelo fogo.

Essa comunidade de Marmeleiro também nos auxilia a compreender a diversidade delas e, ao mesmo tempo, alguns aspectos culturais que nos mostram detalhes da construção de uma identidade territorial centrada na religiosidade, na ascendência europeia, na policultura e na propriedade privada familiar da terra. No entanto, esse processo contém, no seu âmago, a exclusão dos primeiros moradores, descendentes dos indígenas e dos afrodescendentes.

Considerações finais

Os contrastes encontrados nas comunidades evidenciam territorialidades e temporalidades existentes entre elas e vice-versa, ou seja, os ritmos e as características das famílias influenciam cada comunidade, no que se refere à organização política, cultura e à infraestrutura. Alguns equipamentos encontrados nas moradias de algumas comunidades demonstram territorialidades com ritmos mais acelerados, embora ainda sejam utilizados

equipamentos mais antigos, o moderno já está fixado na vida cotidiana das pessoas. Assim como as construções de madeira, que estão presentes tanto no rural, quanto no urbano, evidenciam temporalidades diferentes que coexistem formando diferentes ritmos de vida, produção e relação social. Há uma conjugação entre mudanças e permanências, identidades e diferenças, entre as famílias e as comunidades.

Por meio das pesquisas empíricas, verificamos que as identidades são construídas historicamente, tornam-se essenciais no desenvolvimento local e podem conduzir à luta por melhorias. Isso foi possível perceber em algumas comunidades rurais estudadas, como em Barra Grande, em Itajera d'Oeste, em Secção Progresso e Jacutinga, em Francisco Beltrão, e em Manduri, em Marmeleiro, em virtude da mobilização política dos moradores normalmente organizados em associações criadas a partir de aspectos identitários como a religião e a ascendência étnica, ampliados por problemáticas e necessidades comuns.

Quando nos deparamos com comunidades rurais praticamente abandonadas, nos perguntamos qual foi o motivo de tal abandono e esquecimento: a desvalorização cultural e política, o processo de evasão dos jovens e a mecanização no campo são alguns dos fatores que identificamos. A perda de alguns valores identitários foi um dos fatores de grande relevância, a identidade também se relaciona com a terra, com o sentimento de pertencimento ao lugar, como bem coloca Steinbeck (1966 [1939]) em seu romance que trata da mecanização da agricultura nos Estados Unidos e da expropriação no campo. Ao que parece, os vínculos com as cidades e a incorporação dos valores urbanos são mais intensos nas comunidades localizadas nas margens das rodovias pavimentadas.

Porém, simultaneamente, é importante evidenciar uma potencialidade para o desenvolvimento local, assentada justamente no contingente populacional que ainda reside nos espaços rurais de Francisco Beltrão, Marmeleiro e Itajera: conforme os dados do IBGE (2010), são 20.119 habitantes!

A terra, que foi o principal motivo da vinda de muitos migrantes para os municípios estudados e que aqui se estabeleceram constituindo algumas relações em comunidade, serviu de base territorial para a reprodução das suas crenças religiosas, dos costumes, dialetos, músicas e valores que, ao mesmo tempo, foram parcialmente dissolvidos ao longo do tempo. Porém, acreditamos que os sujeitos e as suas raízes culturais estarão sempre presentes, mesmo metamorfoseados, conservando aspectos políticos, culturais e econômicos que perpassam as mudanças cotidianas. Assim, para manter o território, a cultura e a identidade, é preciso valorizá-los também como lugar de vida, através do trabalho artesanal, da agroecologia, das festas

tradicionais, da confiança e da cooperação entre as pessoas (SAQUET, 2014), fortalecendo os vínculos e os valores comunitários.

Referências:

ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da *modernização agrícola*. In: RIBAS, A.; SPOSITO, E.; SAQUET, M. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004. p. 149-170.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Zahar: Rio de Janeiro, 2012.

_____. **A cultura no mundo líquido moderno**. Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1996.

BRAGA, Luiz Carlos. **A Territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro - PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.

_____. **As temporalidades na agricultura familiar de Marmeleiro, PR**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2015.

BRISKIEVICZ, Michele e SAQUET, Marcos. A dinâmica migratória e o deslocamento de descendentes de poloneses para Pato Branco (PR). In: LANGER, P.; MARQUES, S.; MARSCHNER, W. (Org.). **Sudoeste do Paraná**: diversidade e ocupação territorial. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 117-139.

DANSERO, Egidio e ZOBEL, Boris. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: BORGARELLO, G.; DANSERO, E.; DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F.; ZOBEL, B. (Org.). **Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale**. Turim: Euro Mountains, 2007. p. 135-141.

ENTREVISTADO C. J. H. **Entrevista concedida ao projeto: Agricultura camponesa agroecológica na agricultura camponesa agroecológica**. Francisco Beltrão, 28 de out. de 2014.

ENTREVISTADO F. O. F. **Entrevista concedida ao projeto: As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa agroecológica**. Marmeleiro, 04 de jan. de 2015.

ENTREVISTADO I. D. C. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 18 de jul. de 2014.

ENTREVISTADO M. S. R. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 18 de jul. de 2014.

ENTREVISTADO M. T. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 03 de junho de 2014.

ENTREVISTADO O. P. W. **Entrevista concedida ao projeto: Estudo das territorialidades em comunidades rurais dos municípios do Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 03 de jun. de 2014.

ENTREVISTADO A. A. **Entrevista concedida ao projeto: As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa agroecológica**. Marmeleiro, 16 de jan. de 2015.

ENTREVISTADO M. S. **Entrevista concedida ao projeto: As territorialidades e temporalidades na agricultura camponesa agroecológica**. Marmeleiro, 17 de fev. de 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A -11 ed: Rio de Janeiro, 2006.

HELMANN, Cecilia Jectl. **História de Jacutinga**. Acervo da Biblioteca da Escola Municipal Professor Parigot de Souza, 1981.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Censo Demográfico de 2010.
- MAGNAGHI, Alberto. Dalla partecipazione all'autogoverno della comunità locale: verso il federalismo municipale solidade, **Democrazia e Diritto**, n. 3, 2006, p. 1-13.
- MAYCOT, E. **Caminhos da história itapejarense**. Prefeitura Municipal de itapejara d'Oeste. 2001.
- MEIRA, Raquel Alves de. **Os jovens do campo no município de Itapejara d'Oeste – PR**. Trabalho de Conclusão Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2013.
- NESI, Vanderléia. **A migração populacional da comunidade da Secção Jacaré de Francisco Beltrão-PR**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2011.
- PACHECO, Joice Oliveira. Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias, Santa Catarina, **Spartacus -Revista Eletrônica dos Discentes de História**, 2004, p. 01 – p. 11.
- PANSERA, Fábio. **Transformações da cultura italiana na Comunidade Secção Jacaré - Francisco Beltrão, PR**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIOESTE – Francisco Beltrão, 2006.
- PEDON, Nelson Rodrigo; SOUZA, Edevaldo Aparecido. Território e Identidade. Três Lagoas-Mato Grosso do Sul, **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**, V1 – n. 6, 2007. p. 126 – p. 148.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE. **Saúde**. Disponível em: <<http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/site/2013-08-30-16-22-08/saude>> Acesso em jun. de 2014.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- SANTOLIN, Adriano. **Estudo do uso da água no córrego espraído na Comunidade de Secção Progresso Francisco Beltrão - PR**. Trabalho de Conclusão de Curso, Francisco Beltrão. UNIOESTE, 2006.
- SANTOS, Roseli. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente - SP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” UNESP.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação B.; WHITACKER, Arthur M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.
- _____. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, O; SANTOS, E; NETO, A (Org). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequências, 2014. p 11-36.
- _____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SEIXAS, Renato. Identidade cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica, **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, 2008, p. 93 – 120.
- SERENA, José Claudio. **Álbum histórico de Itapejara d'Oeste Paraná**. Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, 1968.
- STEINBECK, Jonh. **As vinhas da ira**. São Paulo: Círculo do Livro S. A. Edição Integral. Tradução: Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. Título Original “The grapes of wrath”, 1966 [1939].
- THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização.** 2ª ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Recebido em 06/04/2015 – Aprovado em 20/06/2015.